



A política editorial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

ANA PAULA LEITE VIEIRA*

A proposta deste artigo é discutir a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como editor e financiador de impressos de conteúdo propagandístico durante o Estado Novo (1937-1945) no Brasil. O DIP, como os congêneres de seu tempo, se ocupava das funções de censura e propaganda do regime, sendo um poderoso lócus de poder. Dessa forma, era também um dos órgãos atuantes na política cultural do Estado Novo, ao lado, por exemplo, do Ministério da Educação e Saúde (MES). Além do conhecido controle dos meios de comunicação através da censura, como a imprensa e o rádio, e de produções culturais como o teatro e o cinema, o Departamento de Imprensa e Propaganda possuía uma vasta lista de atividades: serviço telegráfico interestadual e exterior; serviço de noticiário local; recortes; arquivo fotográfico; registro de jornais; produção da Hora do Brasil; serviço de exposições e conferências; edição de livros e tradução; serviço de copyright; estatística de turismo; administração do Palácio Tiradentes; apenas para citar alguns entre os 53 diferentes serviços listados por Lourival Fontes em ofício enviado ao presidente Getúlio Vargas, em 1941. Dentre suas múltiplas frentes de atuação, este texto recorta sua atividade editorial, que foi intensa e ainda é pouco conhecida. Até o momento, conseguimos mapear uma extensa lista de livros e periódicos editados diretamente pelo DIP ou por editoras privadas com financiamento estatal, com destaque para a José Olympio Editora. As publicações destinavam-se não só ao público interno, mas também ao público internacional, especialmente norte-americano. Nesse sentido, pretende-se fornecer um panorama geral do conjunto de suas publicações, os temas-chave, os públicos a quem se destinavam as publicações, as estratégias de divulgação, os intelectuais envolvidos, ou seja, todo o circuito de produção e distribuição dos impressos produzidos pelo Departamento. Já é sabido que o Estado Novo empreendeu amplos esforços para propagar uma imagem positiva de si mesmo, como estratégia de legitimação, e que o Departamento de Imprensa e Propaganda foi o principal promotor desta política de auto justificação e intervenção na área cultural. A ideia desta pesquisa é mostrar como esta política propagandística era realizada através de sua atividade editorial.

O DIP e sua política editorial

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO). Bolsista da CAPES.

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado em 27 de dezembro 1939, pelo Decreto-Lei 1.915¹. Seu regimento e atribuições foram apresentados pelo decreto 5.077 no dia 29 de dezembro de 1939 e já no artigo 1º é exposta a finalidade de sua criação: “(...) tem a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras”². Nas palavras de seu diretor geral, Lourival Fontes, a ideia era “desenvolver propaganda do regime e das realizações governamentais no país e para tornar melhor conhecido no estrangeiro o Brasil, o seu progresso, as características fundamentais do Estado Nacional, as diretrizes de justiça social”³. Para tal, utilizou-se de diversos meios de comunicação: foram produzidos livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio, fotografias, conferências, exposições, entre outros tipos de recursos, dirigidos aos cidadãos brasileiros e ao público estrangeiro.

Diretamente subordinado ao Presidente da República, o DIP possuía um diretor geral e cinco divisões: Divulgação, Rádio, Turismo, Imprensa, Cinema e Teatro. Enquanto a Divisão de Imprensa, junto com a Agência Nacional, cuidava da produção de notícias para os jornais em circulação no país⁴, a de Divulgação era responsável pela edição de outros tipos de impressos, como livros, folhetos, cartazes, etc. Nos termos do Decreto-Lei que aprovava o regimento interno do departamento, esta divisão deveria “fornecer, aos estrangeiros e brasileiros, uma concepção mais perfeita dos acontecimentos sociais, culturais e artísticos da vida brasileira”⁵. Para dar ideia da intensidade das atividades da seção de Divulgação, apenas no ano de 1941, foram lançadas 102 edições de livros e periódicos – diretamente pelo DIP ou através de outras casas editoras –, além de organizadas diversas conferências e outros eventos⁶.

¹ Decreto-Lei disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 22/09/14, as 15h24.

² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24/09/2014, as 19h15.

³ Relatório de Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda do ano de 1941. Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência, lata 510.

⁴ Segundo Souza (2003:139), a AN funcionava como um verdadeiro jornal dentro do DIP, que contava com um corpo de redatores próprios que chegou a somar, em 1941, 220 funcionários somente na sede carioca. O horário de trabalho era diferenciado do resto do Departamento, funcionando das 7h30 às 24 horas, totalizando 16 horas e meia de trabalho dividido em turnos, mais os plantões noturnos da 18h às 24h e os domingos e feriados. Contabilizando tudo o que a agência produzia, o cálculo é que o DIP pode ter sido responsável por 60% das matérias divulgadas pelos jornais.

⁵ Decreto-Lei disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 03/07/16, as 19h20.

⁶ Em um relatório enviado ao presidente Getúlio Vargas em 1942, Lourival Fontes relatou que, no ano anterior, a Divisão de Divulgação realizou “(...) mais de cinquenta conferências, que incluíram a sessão comemorativa do aniversário do Presidente Getúlio Vargas, em que usaram da palavra o General Góes Monteiro e o jurista e

Dentre os periódicos editados pelo departamento, o mais conhecido é a revista *Cultura Política*, que circulou mensalmente entre 1941 e 1945 sob a direção de Almir de Andrade⁷. As inscrições de sua capa já evidenciavam ao leitor seu propósito de ser uma “Revista mensal de estudos brasileiros”. A revista discutia temáticas nacionais e divulgava as ações do Estado Novo, com o objetivo de esclarecer e propagar as transformações que o governo de Getúlio Vargas estava promovendo no país.

Tamanha era a importância do periódico que seus textos foram reunidos e publicados em forma de livros, em comemoração ao aniversário de sessenta anos do chefe da nação, em 1943. Uma “separata de artigos e editoriais publicados, durante dois anos, em suas páginas, onde sempre estiveram presentes os pensamentos e as ações do Construtor do Brasil Novo” compuseram, então, *O pensamento político do Presidente* (1943). Embora o título e a apresentação levem a crer que os textos foram escritos por Getúlio, são de autoria de diversos intelectuais afinados com as ideias e projetos do Estado Novo.

Também com periodicidade mensal, o DIP editava a revista *Dos Jornais* (1941-1943), uma seleção de matérias de jornais de todo o país sobre as realizações do governo Vargas. Na capa, encontram-se o título da publicação e, abaixo, um sumário indicando as reportagens reproduzidas e o jornal de onde foram retiradas. Na contracapa, disponibilizavam uma lista das conferências realizadas pelo Departamento no mês anterior e as que se realizariam no mês seguinte. Algumas destas conferências foram também publicadas, seja em revistas ou em formato de livros, como é o caso de *Realizações do presidente Getúlio Vargas no Ministério da Agricultura* (1941), conferência proferida pelo Ministro da Agricultura, Fernando Costa, no dia 20 dezembro de 1940.

A Divisão de Turismo⁸ do DIP também se encarregava de algumas publicações, estas especialmente direcionadas para um público externo. Conforme foi reportado por Lourival

acadêmico João Neves da Fontoura, as comemorações do cinquentenário da encíclica “DE RERUM NOVARUM”, do centenário do presidente Prudente de Moraes, do primeiro aniversário do Discurso do Rio Amazonas, etc., além de cursos sobre educação física, economia pública, serviço público e legislação do Estado Novo, além da evocação de grandes figuras nacionais, como Caxias, Gonçalves Dias, Tavares Bastos, José de Alencar e outras”.

⁷ Todos os seus volumes estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸ Nos termos do decreto de criação do DIP, a Divisão de Turismo tinha a função de superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo. Desta forma, o Departamento empreendeu esforços para o aprimoramento da estrutura turística do país, tendo atuado inclusive na mediação entre os governos dos estados e o Instituto dos Comerciantes para a concessão de empréstimos destinados a construção de hotéis em diversas cidades, como Manaus (AM), Petrópolis (RJ), Lambari (MG) e Salvador (BA).

Fontes no relatório de 1941, a guerra teve um impacto negativo no fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil. O envio de remessas de livros e revistas para a Europa também ficou prejudicado e a propaganda turística se desenvolveu focada nos países do continente americano, sobretudo nos Estados Unidos, que fornecia o maior coeficiente de visitantes. Em 1940, de acordo com Aquiles (1941), foram distribuídos, neste país, mais de 25 mil folhetos enviados pelo DIP para agências e organizações americanas. Em entrevista ao jornal *A Noite*, Armando Vidal, Comissário Geral do Brasil na Feira de Nova York, deixa explícita a perspectiva que orientava a sessão de Turismo do DIP:

– Para mim, o primeiro problema do Brasil, nos Estados Unidos, é o de torná-lo conhecido. Este conhecimento deve abranger a sua história, principalmente da formação do seu desenvolvimento cultural e a demonstração de como o Brasil, embora situado em plena zona do trópico, formou uma civilização ocidental idêntica à civilização europeia ou norte-americana. A demonstração da riqueza econômica do Brasil precisa ser feita através da divulgação da sua geografia econômica, do mesmo passo que o ensinamento da geografia física do Brasil⁹.

Com o objetivo de tornar, então, o Brasil conhecido entre os norte-americanos, foram publicadas revistas como a *Travel in Brazil*, escrita em inglês e organizada por Cecília Meireles. De acordo com Tania de Luca, a revista possuía “capas coloridas e chamativas, grande quantidade de fotografias de excelente qualidade e um projeto gráfico muito bem cuidado” (LUCA, 2011:290), tendo circulado provavelmente sem interrupções entre setembro de 1941 e 1943. Como colaboradores, podemos citar intelectuais de destaque como Mário de Andrade, José Lins do Rego, Tasso da Silveira, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Rónai e Menotti Del Picchia.

Na correspondência trocada entre Cecília e Mário de Andrade, podemos identificar que o foco da revista eram as manifestações folclóricas e a música brasileira. Após ter sido solicitado pela amiga a escrever um artigo para a revista, Mário escreve, em 21 de março de 1941:

*Me lembro meio sim meio não que você me falara apenas em artigos sobre música e folclore, não era mesmo? Folclore com fotografias e sem o indispensável comparecimento dos nossos irmãos em S. Benedito, é quase impossível e provavelmente a *Travel in Brazil* obedece a essa lei diplomática que afirma não haver negros no Brasil*

⁹ “Perspectivas otimistas para o Brasil”. Jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 04 de janeiro de 1940. p. 2.

com z. *Si tiver algum tempinho me esclareça sobre os projetos arianizadores do DIP e o limite dos meus assuntos.* (MEIRELES, 1996, p. 295)

Os Estados Unidos desenvolveram, durante a Segunda Guerra Mundial, um projeto específico de propaganda para a América Latina, momento de vital importância para assegurar a união e solidariedade do continente. A política externa dos EUA muda em 1933 com a Política da Boa Vizinhança do presidente F. D. Roosevelt, baseada na exportação do padrão cultural norte-americano, mecanismo de troca de mercadorias, valores e solidificação de apoio político. Na reunião de Montevideú, em 1933, os EUA anunciaram a Política da Boa Vizinhança, com a retirada das tropas norte-americanas do Haiti. Para coordenar estas relações, houve a criação do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), sob a liderança de Nelson Rockefeller. As funções do OCIAA eram mediar as relações econômicas e culturais dos Estados Unidos com a América Latina, incentivar a colaboração hemisférica com os países latino-americanos, combater a presença nazifacista e proteger o mercado para as indústrias norte-americanas.

Esta aproximação entre os dois países também incluía programas de colaboração cultural, entre os quais podemos destacar a assinatura de um acordo, em 24 de junho de 1940, que previa uma troca de publicações oficiais entre os dois países. Foram encarregados de executar tal tarefa o Smithsonian Institution e, no Brasil, o Instituto Nacional do Livro. Há uma grande presença de material bibliográfico produzido pelo DIP em diversas bibliotecas dos Estados Unidos muitos deles com as inscrições *gift*, *Gift of DIP*, *gift of issuing Office*, indicando que o livro foi enviado diretamente pelo órgão de propaganda brasileiro.

Tabela: Livros e periódicos do DNP/DIP produzidos para o público internacional

Título	Editor	Ano
<i>The new Constitution of the United States of Brazil</i>	DNP	1938
BARROS, Jayme de. <i>Ocho anos de política exterior del Brasil</i>	DNP	1938
<i>La personalidad del presidente Getúlio Vargas</i>	DNP ¹⁰	1938
PATRIC, Antony. <i>Toward the winning goal</i>	DIP	1940
KLINGHOFFER, Hans. <i>La pensée politique du président Getúlio Vargas</i>	DIP	1940

¹⁰ Impresso no México.

<i>Constitution of the United States of Brazil</i>	DIP	1941
<i>Brazil in America</i>	DIP	1942
<i>Facts and information about Brazil</i>	DIP	1942
<i>Excerpts from manifests, speeches and interviews made by President Getúlio Vargas</i>	DIP	1942
<i>Travel in Brazil/This is Brazil</i>	DIP	1941-44

As inscrições à lápis, aliadas à expressa indicação do DIP como o editor da publicação na capa ou contracapa, e a expressiva quantidade de títulos sob guarda de instituições norte-americanas, não deixam dúvidas de que o acordo de cooperação não só foi colocado em prática, como foi executado pelo próprio Departamento, e não exclusivamente através do INL. Conforme informações encontradas na revista *Cultura Política*, constatamos que, entre janeiro de setembro de 1942, a Divisão de Turismo entrou em contato direto com diversas instituições norte-americanas, às quais forneceu livros, revistas, fotografias e informações diversas¹¹. Para o escritório do OCIAA, foi enviada uma remessa de 250 livros “escolhidos entre as melhores obras sobre assuntos históricos, econômicos, jornalísticos, etnográficos, sociais e educativos do Brasil”. O Consulado do Brasil em Los Angeles, para uso da *Motion Picture Society for the Americas*, recebeu, no mesmo período, uma grande coleção de discos de música popular brasileira.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil* no dia 11 de outubro de 1941, o jornalista norte-americano Ed Sullivan diz que o Brasil ainda era pouco familiar aos seus conterrâneos. Em seu ponto de vista, os estadunidenses conheciam os recursos naturais do Brasil e suas belas paisagens, mas negligenciavam muitos aspectos da realidade brasileira e de seu povo. As publicações do DIP voltadas para este público e as visitas de diversas personalidades dos EUA

¹¹ Lista completa das instituições norte-americanas que receberam o material enviado pelo DIP: New York Public Library; University of Michigan; Shepard School, St. Louis (MO); University of Nebraska; The University of Texas; Harvard University; Chark University; The Pan-American Institute of Culture, Cambridge (MA); The University of Akron (OH); Midletrian High School (VA); Boston University; Kern Country Union High School and Senior College (CA); Baker College (KS); University of Wisconsin; University of Oklahoma; Tulane University (LA); Southern School Supply Company (LA); The University of Connecticut; Culver Military University (IN); Simons University (IN); Librarian Princetown University (NJ); Louisiana State University; Williams College (MA); Public Library, Hammondspport (NY); Kent State University (OH); Library Carlton College (MN); Northwestern University (IL); Occidental College (CA); University of Kentucky; University of Southern California; University of California Librarian; University of San Antonio (TX); University of Pennsylvania; University of Florida.

ao Brasil são claramente iniciativas que pretendiam reverter este cenário de desconhecimento e incentivar o estreitamento das relações entre os países, especialmente através do turismo.

Através do levantamento de fontes que fizemos até o momento, conseguimos identificar que o período mais intenso da produção editorial do DIP coincide com a direção de Lourival Fontes (1939-1942), no auge da ditadura do Estado Novo. Neste período, foram produzidos livros e artigos para periódicos sobre os temas centrais do projeto político do Estado Novo: centralização política e ampliação dos poderes do chefe do executivo federal; perda de autonomia política dos governos dos estados e municípios; valorização da organização administrativa municipal em detrimento da estadual; política trabalhista; intervenção do Estado em setores estratégicos como economia, segurança nacional, educação, cultura; relações internacionais, entre outros temas¹². Em todas as publicações, fica evidente que a intenção era divulgar as ações do governo e a figura de seu governante. Como nos mostra Angela de Castro Gomes, foi no Estado Novo que Getúlio Vargas foi projetado como figura máxima da arena política nacional, através de uma das mais bem sucedidas campanhas de propaganda de nosso país (GOMES, 1997).

Como nos mostra Lucia Lippi (2001), utilizar-se de imagens míticas e/ou históricas na propaganda para obter adesão da população tem longa tradição, que se amplifica nos anos 1920 e 1930 no Brasil e no mundo. Edgar Carone (1977) defende que o Estado Novo foi o primeiro momento em que se tentou dar um sentido mítico ao Estado, personalizado tanto na nação quanto em seus expoentes ou chefes de governo. As experiências anteriores no Brasil, de acordo com o autor, buscaram mitificar personagens falecidos ou já destituídos de suas funções públicas, citando os exemplos de Floriano Peixoto e Pinheiro Machado. Fenômeno mais complexo e contemporâneo aos líderes políticos se manifesta durante o Estado Novo, a partir de uma grande mobilização popular através dos meios de comunicação de massa. Conforme apontou Maria Helena Capelato (1988), a imagem do presidente Getúlio Vargas e a bandeira nacional brasileira foram os símbolos mais explorados e reproduzidos nas diversas produções culturais do Estado Novo.

Em uma de suas linhas editoriais, o Departamento de Imprensa e Propaganda investiu fortemente nesta promoção da imagem do presidente Getúlio Vargas como um grande herói

¹² Alguns dos livros foram publicados sem indicação de autoria, o que pode significar que tenham sido produzidos por funcionários do departamento como parte de suas funções burocráticas.

nacional. As grandes qualidades do chefe da nação são constantemente destacadas e celebradas. Seu aniversário é comemorado como uma grande festa cívica, registrada também em livros que tem o dia 19 de abril como seu tema principal, exaltando a obra do “grande estadista” e sua especial personalidade¹³.

Neste processo de construção de Vargas como um mito e um dos grandes heróis da nação, são atribuídas a ele as mais variadas qualidades para destacá-lo como um ser superior e excepcional. A designação de Vargas como “amigo” foi bastante empregada, destacando sua simpatia e bondade política para com os mais variados grupos sociais: “amigo do teatro”, “amigo das crianças”, “amigo dos trabalhadores” e até “amigo da aviação”¹⁴.

Percebemos também que há uma grande preocupação em construir uma escrita sobre o passado recente, que se articulasse como um discurso de propaganda oficial. Em 1940, por exemplo, foi realizado um concurso de monografias em comemoração aos dez anos da “Revolução de 1930”. O prêmio é utilizado como uma estratégia de consagração, credenciamento e legitimidade, bem como mecanismo de adesão dos intelectuais. Esta iniciativa se insere num conjunto maior de projetos do DIP para a comemoração de uma década de regime, que pretendia transformar o ano de 1940 num marco simbólico e festivo das realizações do governo que se instaurou em 1930, bem como ressaltar a importância dos grandes símbolos nacionais que o Departamento já se empenhava em exaltar: o presidente Vargas, a bandeira e o hino nacionais.

Um dos ambiciosos projetos que não se concretizaram foi o da Obra Getuliana, desenvolvido pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema¹⁵. Foi um projeto provavelmente idealizado por Capanema de publicação de um livro ilustrado por fotografias e dividido em capítulos, cada um deles dedicado a um campo de realizações dos 10 anos do governo Vargas.

Outra iniciativa importante das comemorações de 1940 foi a publicação, em 1941, da biografia do presidente, *Getúlio Vargas, estadista*, escrita por Azevedo Amaral. Em meu levantamento bibliográfico, foi possível constatar que foram publicados muitos outros livros

¹³ Como exemplos deste tipo de publicações, podemos citar, entre outras: *O menino de São Borja* (1939); *Getúlio Vargas, o amigo das crianças* (1940); *Getúlio Vargas e o culto à nacionalidade* (1941); *Getúlio Vargas, estadista, orador, homem de coração* (1942); *Ideário político de Getúlio Vargas* (1943).

¹⁴ Sobre a construção da imagem de Vargas como “amigo da aviação”, ver a pesquisa de Doutorado que vem sendo desenvolvida por André Barbosa Fraga no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

¹⁵ Sobre isto, ver LACERDA, 2000.

com a mesma intenção. No mesmo ano da publicação do livro, Amaral passou a integrar o corpo editorial da revista *Cultura Política*, do DIP. Mesmo antes de integrar a burocracia estatal, o autor já demonstrava sua simpatia para com o regime varguista e chegou a publicar, em 1938, outro livro que fizera bastante sucesso, inclusive junto a Getúlio: *O Estado autoritário e a realidade nacional*, pela José Olympio Editora.

Houve também a publicação de um Calendário de 1940, que foi analisado por Angela de Castro Gomes. Através dele era possível acompanhar, como em outros calendários, “o decorrer do ano de 1940, mas o que se desejava de fato era que seu possuidor, através dele, fosse informado (e formado) sobre o que o Estado Novo já havia realizado, desde a sua fundação” (GOMES, 2003: 126). As comemorações de 1940 deixam evidentes um traço crucial das interpretações feitas pelos intelectuais estadonovistas: a ideia de que a instauração do Estado Novo, em 1937, era uma conclusão natural do processo revolucionário que havia começado em 1930. Seu ponto de inflexão é justamente o 10 de novembro de 1937, data inaugural do calendário. Em todas as suas páginas aparece a figura de Vargas, como mito e símbolo da unidade da nação brasileira. Ele guia o observador com sua presença, olhar ou discursos, que são reproduzidos em algumas das páginas.

O DIP produziu, ainda, *Brasil Novo*, um conjunto de doze cartões postais reunidos em um envelope de cartolina negra, produzido pelo DIP, que mostram, através de fotografias, feitos do presidente Getúlio Vargas entre 1930 e 1940. As imagens sempre aparecem acompanhadas de um pequeno trecho de algum discurso de Vargas.

Completando as comemorações, seriam selecionadas através de um concurso monografias para serem publicadas em uma coleção, chamada “Decenal da Revolução Brasileira”. Num dos livros escolhidos, o autor, Mello Barreto Filho diz que:

*Entre as condições básicas do certame instituído pelo D.I.P., salienta-se a de que os trabalhos apresentados ao julgamento devem fixar realizações que contribuíram para o progresso e o desenvolvimento do Brasil e terão o valor de depoimento de fixação histórica.*¹⁶

Em todas as publicações da coleção, os autores realizam um balanço das realizações mais importantes do governo dos últimos dez anos, ressaltando a importância da figura do presidente

¹⁶ BARRETO FILHO, Mello. *Anchieta e Getúlio Vargas*. (Iniciativas e Realizações). Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941. p. 12.

Getúlio Vargas e sua condução no processo de transformações, bem como o comprometimento que todos os cidadãos devem assumir com a continuidade do projeto iniciado em 1930 e ainda “*em marcha*”. No livro de Jayme de Barros, *A política exterior do Brasil (1930-1940)*, fica nítida a ideia de construir uma análise científica dos últimos tempos:

Rasgam-se, então, aos nossos olhos, acima do tumulto dos acontecimentos e do ardor das paixões humanas, largas perspectivas históricas. Tudo recua da cena confusa dos episódios políticos para o plano científico das verificações sociológicas. Já não é mais admissível julgar-se a Revolução de 1930, nesta fase da vida brasileira e universal, com a miopia do partidarismo em que, naquela época, se fragmentou a opinião nacional. (BARROS, 1941, p. 9).

Todas as publicações da tabela abaixo foram premiadas pelo Concurso de Monografias promovido pelo DIP, segundo informações relatório apresentado por Lourival Fontes a Vargas em 1941 e da revista *Cultura Política*¹⁷:

Autor e Título	Editor	Ano
GUIMARÃES, Osias. <i>Amor à terra</i>	DIP	1941
ROLLEMBERG, Luiz Dias. <i>Aspectos e perspectivas da economia nacional</i>	DIP	1941
BARROS, Jayme de. <i>A política exterior do Brasil 1930-1940</i>	DIP	1941
GALVÃO, Francisco. <i>As diretrizes do Estado Novo</i>	DIP	1942
IBIAPINA, J. de Mattos. <i>O Brasil de ontem e de hoje</i>	DIP	1942
MAIA, Jorge. <i>Um decênio de política externa</i>	DIP	1942
BARRETO FILHO, Mello. <i>Anchieta e Getúlio Vargas: iniciativas e realizações</i>	DIP	1942
CARVALHO, Luiz Antônio da Costa. <i>As realizações do governo Getúlio Vargas no campo do direito</i>	DIP	1942
MACHADO, Leão. <i>Uma revolução em marcha</i>	DIP	1942

¹⁷ Porém, não sabemos se todos foram publicados na coleção “Decenal da Revolução Brasileira” ou posteriormente, pois os livros os quais tivemos acesso no Arquivo Nacional não possuem mais suas capas originais. Sabemos que *A política exterior do Brasil 1930-1940* e *A Revolução de 1930 e o município* fazem parte da coleção pelas fotos de suas capas reproduzidas por Tania de Luca (2011) em seu texto.

CARVALHO, Menelick. <i>A Revolução de 1930 e o município.</i>	DIP	1942
---	-----	------

Esse clima de celebração também se manifesta na determinação de outros marcos comemorativos, como o aniversário do Presidente, no dia 19 de abril; o Dia do Trabalho, em 1º de maio; além dos festejos cívico-patrióticos dos dias da Independência, da Proclamação da República e da Bandeira. Nas palavras de Gomes, “festas são sabidamente um espaço ritualizado e privilegiado para a mobilização da sociedade: para o despertar dos sentimentos que orientam sua adesão de valores, ao vocabulário e aos símbolos da cultura política do regime” (GOMES, 2003: 135). O DIP manipula muito bem estes símbolos e realiza uma série de comemorações durante o Estado Novo, como por exemplo o Dia do Soldado, homenagens a personalidades políticas diversas (Tiradentes, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, Almirante Barroso), festas em homenagem a Vargas, inauguração de obras públicas, aprovação de projetos de obras. Em suma, quase tudo é revestido de um clima comemorativo, festivo. A primeira festa do 1º de maio se dá em 1938, com a inauguração do Palácio do Trabalho, o anúncio do salário mínimo e a promessa de agraciar os trabalhadores com novos “presentes” nas datas futuras. Em dezembro de 1938, aconteceu também uma grande comemoração do primeiro ano do Estado Novo com a realização de uma Exposição Nacional na capital da República.

Além da coleção do “Decenal da Revolução”, o DIP publicou outras, como “Os grandes problemas nacionais”, iniciada em 1942. Ela trazia outras monografias aprovadas no mesmo concurso que, por “razões superiores”, não puderam ser publicadas anteriormente (DE LUCA, 2011, p. 282). A ideia era

(...) ir editando, oportunamente, em volumes subsequentes, outros trabalhos inspirados no mesmo propósito de esclarecer o público sobre as diversas realizações e problemas da vida brasileira, para o que conta com a colaboração patriótica de sociólogos, educadores, juristas, economistas e técnicos de renome em todos os campos das atividades nacionais. (DE LUCA, 2011:282).

Algumas ações do Departamento tinham também funções pedagógicas, contidas na máxima de formar um *homem novo* para um *Estado Novo*. Como exemplo, podemos citar o livro de Antônio Figueira de Almeida, *A Constituição de dez de novembro explicada ao povo*. O autor, que era professor e escreveu trabalhos na área de História e Geografia, toma neste livro

a responsabilidade de explicar ao povo de forma bastante didática os artigos da Constituição de 1937.

Outra linha de destaque são as publicações que tratam da legislação trabalhista, sendo parte do grande projeto estadonovista de valorização do homem através do trabalho, “responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação” (GOMES, 1999:55). No último país do mundo a abolir a escravidão, apenas em 1888, o Estado Novo apostava no valor material e simbólico dos direitos do trabalho, atuando, de um lado, para sua efetivação, e de outro, investindo em propaganda para que fosse conhecida e exigida pelos trabalhadores. O DIP atuou nesta empreitada de diversas formas. É interessante perceber que, através destas publicações, o DIP integra-se no esforço de divulgar a existência e os termos dos direitos do trabalho. Os sindicatos nesta época organizavam e mantinham bibliotecas e é provável que esses livros tivesse esse público como alvo, entre outros. Podemos destacar o livro de Jayme de Barros, *A política exterior do Brasil (1930-1940)*, no qual o autor dedica as primeiras páginas ao movimento revolucionário e ao importante papel de chefe/líder assumido por Getúlio neste movimento. Ele afirma que a verdadeira revolução do Brasil não foi a das armas, mas a legislação trabalhista, “(...) com a concessão de garantias tais aos trabalhadores que todos se alheiarão por completo, no último decênio, das agitações sociais, sem ressonância no meio do operariado nacional” (BARROS, 1941:15).

Após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Lourival Fontes foi afastado do cargo, e sucedido por dois militares: Antonio José Coelho dos Reis e Amílcar Dutra de Meneses. Nestas gestões, a orientação editorial do Departamento sofreu remodelações. Algumas publicações periódicas, criadas na administração anterior, foram interrompidas, a exemplo das revistas *Dos Jornais* e *Estudos e Conferências*, sendo substituídas por outras, como *Brasil Reportagens*. Nestas duas gestões, o foco das coleções publicadas pelo DIP passou a ser os assuntos militares e a ação o Brasil na guerra, o que se vê por títulos como *O Brasil Aeronáutico* e *Os brasileiros chegam ao front*. Também neste período aparece a coleção “Vultos. Datas. Realizações”, criada para “evocar as figuras, etapas e acontecimentos do passado brasileiro, a fim de que as modernas gerações possam inspirar-se no exemplo dos que permitiram a nossa terra e a nossa gente adquirirem a grandeza e o prestígio que apresentam em nossos dias” (FRAGA, 2015, p. 118).

Neste breve panorama, é possível verificar que o investimento do DIP em materiais impressos foi bastante intenso, o que demonstra que estes materiais possuíam, na época do Estado Novo, função estratégica na propaganda e divulgação de ideias.

Fontes e bibliografia

Fontes

Decreto-Lei 1.915, de 27 de dezembro de 1939. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22.09.2014.

Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09.05.2017.

Decreto nº 24.023. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24023-21-marco-1934-503402-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02.10.2016.

Relatório de Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda. 1941. Arquivo Nacional.

O pensamento político do presidente. Reunião de editoriais e artigos de Cultura Política. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

“Perspectivas otimistas para o Brasil”. *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 04 de janeiro de 1940. p. 2.

Bibliografia

BASTOS, Elide Rugai. “A revista *Cultura Política* e a influência de Ortega y Gasset”. In: BASTOS, Elide R.; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CÂNDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a Cultura”. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 4, abril de 1984, p. 27-36.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

- COSTA, Vanda Maria Ribeiro. “Corporativismo e justiça social: o projeto de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, Élide R. & MORAES, João Q. de. (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Assis-UNESP, Tese de Livre Docência, 2009.
- _____. “A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: um estudo de caso”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, 2011.
- DINIZ, Eli. “A O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes”. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 1ª ed. São Paulo: DIFEL, 1981, Tomo III, vol. 3. pp. 77-120.
- FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria: política cultural e História do Brasil no Governo Vargas*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- GOMES, Angela de Castro. “Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções”. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan/jun 2014, p. 6-15.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. “Estado Novo: ambiguidades e heranças de um regime autoritário”. In: *Ciência Hoje*. vol. 23, nº 133, Rio de Janeiro, novembro de 1997.
- _____. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2013 (Edição digital).
- _____. “História, Historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B. e Gouvêa, Maria de Fátima Silva (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. pp. 21-44.
- _____. “Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, M., SOIHET, R. e GONTIJO, R. (org.). *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.
- _____. (org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- _____. “A práxis corporativa de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, Élide R. & MORAES, João Q. de. (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940”. In: BASTOS, Elide R.; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- _____. “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários*. Brasil e América Latina, volume II. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 35-70.

- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- HERNANDEZ, Pablo. *Cinema e Política da Boa Vizinhaça: A Expedição de Walt Disney ao Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Estado Do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015.
- LACERDA, Aline Lopes. “Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial da Obra Getuliana”. In: GOMES, Angela de Castro (org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- MEDEIROS, Nuno. “A Edição de Livros como formulação do mundo: ideias e casos”. In: *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*. São Paulo, n.2, vol. 4, jul/dez de 2015.
- MEIRELES, Cecília. *Cecília e Mário*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930”. In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (org). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. “O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. pp. 37-58.
- PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: Um estudo dos Editores, das Editoras e das ‘Coleções Brasilianas’, nas décadas de 1930, 40 e 50.” In: *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 26, pp. 56-89, 2º semestre de 1988.
- ROLLAND, Denis. “O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras”. In: BASTOS, Elide R.; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: Rémond, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. “A geração”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. Pp.131-37.
- SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 2010.
- SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.



SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (orgs.). *Tempos de Capanema*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

VELLOSO, Mônica P. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.